

Caso Caboclo: saiba como juntar provas e denunciar o assédio no trabalho

O presidente da CBF, Rogério Caboclo, é acusado de assédio sexual e moral e foi afastado do cargo por 30 dias

[\(Universa | 07/06/2021 | Por Redação | Acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

O ambiente de trabalho é um dos mais hostis e propícios ao assédio às mulheres, mais até do que festas e baladas, segundo [levantamento inédito do Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#), publicado nesta segunda-feira (7). Foi no seu trabalho que uma funcionária ouviu o presidente da CBF (Confederação Brasileira de [Futebol](#)), [Rogério Caboclo](#), dando detalhes íntimos da sua vida com a esposa, além de perguntas como: “Você se masturba?”.

Os diálogos foram exibidos neste domingo (6) no “Fantástico” (Globo), e Caboclo foi afastado da CBF por 30 dias após denúncia de assédio moral e sexual à comissão de ética da instituição.

Segundo o Fórum, 37,9% das brasileiras foram vítimas de algum tipo de assédio sexual nos últimos 12 meses, o que equivale a 26,5 milhões de mulheres. O assédio mais frequente são as cantadas ou comentários desrespeitosos quando estavam andando na rua, o que atingiu 31,9% das mulheres (22,3 milhões).

No ambiente de trabalho e no transporte público o quadro é bem pesado: 8,9 milhões de mulheres receberam cantadas ou comentários desrespeitosos onde elas prestam seus serviços, e 5,5 milhões de mulheres foram assediadas em ônibus, trens, metrô, entre outros meios de locomoção.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Profissionais de saúde relatam casos de assédio; como fica a saúde mental?

Flávia Brito relatou assédio no Twitter

[\(UOL | 07/06/2021 | Por Luiza Vidal | Acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

“Abaixa a máscara para eu ver esse sorriso lindo?”. A frase faz parte de uma publicação da médica Flávia Brito no Twitter que, em poucas horas, viralizou. Diversas mulheres, principalmente da área da saúde, incluíram seus relatos com situações parecidas, envolvendo o assédio por parte dos homens.

Em entrevista ao **VivaBem**, a ortopedista disse que estava sozinha com o paciente, que já fazia diversos elogios a ela. “Ele elogiou minha letra, achei simpático e agradei —até pelo estigma que os médicos têm. Depois, ele brincou sobre meu carimbo ser de diamante por ter strass nele.”

Em seguida, o paciente perguntou se poderia pedir uma coisa à médica. “Achei que ia solicitar um atestado e já fui fazendo. Mas ele pediu para eu tirar a máscara para ver ‘meu sorriso lindo’”, conta. “Fiquei sem reação por alguns segundos, até entender tudo. Me levantei e fui abrindo a porta para ele se levantar logo e sair. Me senti muito desrespeitada.”

O que elas pensam sobre o uso da máscara

Apesar do ocorrido, a médica diz que o uso obrigatório da máscara, principalmente em ambientes hospitalares, diminuiu a quantidade de assédios de uma forma geral. “Ainda continua acontecendo de chamarem de

‘meu anjo’, ‘mocinha’, e até elogiarem alguma característica, mas os assédios nos atendimentos diminuíram.”

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa

Levantamento do Datafolha encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicou que caiu violência na rua e aumentaram agressões dentro de casa. O “vizinho”, que em 2019 ficou em 2º lugar como autor das agressões (21%), neste ano sumiu das respostas. Em seu lugar apareceram pai, mãe, irmão, irmã, e outras pessoas do convívio familiar.

[\(G1 | 07/06/2021 | Por Paula Paiva Paulo | Acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência no último ano no Brasil, durante a pandemia de Covid, segundo pesquisa do Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e divulgada nesta segunda-feira (7).

Isso significa que cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. A porcentagem representa estabilidade [em relação à última pesquisa, de 2019](#), quando 27,4% afirmaram ter sofrido alguma agressão.

No entanto, para Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, esse pequeno recuo deve ser analisado à luz de outros indicadores da pesquisa, como o lugar onde a violência ocorreu e quem foi o autor.

Na comparação com os dados da última pesquisa, há aumento do número de agressões dentro de casa, que passaram de 42% para 48,8%. Além disso, diminuíram as agressões na rua, que passaram de 29% para 19%. E cresceu a participação de companheiros, namorados e ex-parceiros nas agressões.

Em 2021, o “vizinho”, [que em 2019 ficou em segundo lugar como autor das agressões \(21%\)](#), neste ano sumiu das respostas. Em seu lugar apareceram o pai, a mãe, irmão, irmã, padrasto, madrasta, o filho e a filha.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Veja mais:

No Brasil, 8 mulheres são agredidas por minuto na pandemia, aponta estudo (Universa, 07/06/2021) - [Acesse aqui](#)

Uma a cada quatro mulheres foi vítima de violência no último ano, aponta pesquisa (Estadão de São Paulo, 07/06/2021) - [Acesse aqui](#)

Perda de emprego e renda na pandemia, não isolamento, deixa mulheres mais expostas à violência (Folha de São Paulo, 07/06/2021) - [Acesse aqui](#)

Serviço de aborto por

telemedicina recebe apoio da DPU e de defensores de todo o país

Hospital de Clínicas de Uberlândia é alvo de defensor e de procurador contrários ao protocolo

[\(Folha de S.Paulo | 06/06/2021 | Por Mônica Bergamo | Acesse a matéria no site de origem\)](#)

A Defensoria Pública da União (DPU) enviou ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e ao presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Mauro Luiz de Britto Ribeiro, uma recomendação em defesa da legalidade do procedimento de aborto legal por meio da telemedicina.

CORO

O documento é endossado por 41 signatários, entre os quais constam defensores públicos federais, regionais e titulares de núcleos especializados estaduais.

EM CASA

A iniciativa busca proteger o Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual, vinculado ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, que no ano passado implementou um protocolo para realizar, a distância, interrupções previstas em lei. A medida foi pensada para contornar a falta de leitos por causa da epidemia do novo coronavírus.

EM CASA 2

O protocolo conta com um primeiro atendimento presencial e interdisciplinar. Se a paciente optar pela interrupção, ela recebe três doses de um medicamento que induz ao aborto para utilizar em casa, além de orientações sobre seu uso. Todo o processo a distância é acompanhado por uma equipe médica.

CONTRA

Em maio, o defensor nacional dos Direitos Humanos, André Ribeiro Porciúncula, e o procurador do Ministério Público Federal Fernando de Almeida Martins recomendaram ao CFM, ao Ministério da Saúde e à Anvisa que interrompessem o serviço e investigassem os profissionais envolvidos. O protocolo, segundo eles, “expõe a risco a vida, a saúde e a segurança da mulher”.

PROTEÇÃO

A DPU, no entanto, endossa a segurança do procedimento e recomenda que o ministério e o CFM garantam que os profissionais não sejam constrangidos. “O abortamento não é um procedimento que pode esperar ou que pode ser agendado para um período futuro”, afirmam os defensores.

Brasil registra 1.338 feminicídios na pandemia, com forte alta no Norte e no Centro-Oeste

Consolidação dos dados de 2020 mostra crescimento de 2% no país, em comparação com 2019

[\(Folha de São Paulo | 06/06/2021 | Por Ranier Bragon | Acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

O Brasil registrou oficialmente em 2020 a morte de 1.338 mulheres por sua condição de gênero, assassinatos praticados em sua maioria por companheiros, ex-companheiros ou pretensos companheiros, como o que na última quarta-feira (2) [matou a facadas a estudante de enfermagem Vitória Melissa Mota](#), 22, na praça de alimentação de um shopping center de Niterói (RJ).

Os dados consolidados do ano passado, que tiveram 10 de seus 12 meses sob o efeito da [pandemia da Covid-19](#), foram colhidos pela Folha nas secretarias de Segurança Pública dos 26 estados e do Distrito Federal.

Em relação a 2019 houve uma alta de 2%, mas a violência contra as mulheres cresceu em níveis mais alarmantes no Centro-Oeste (14%) e no Norte (37%). Nordeste (+3) e Sudeste (-3) apresentaram pequenas variações. No Sul, houve queda de 14%.

Os números mostram que a violência contra a mulher tem trilhado uma trajetória de alta —[o feminicídio cresceu 8% de 2018 para 2019, de acordo com dados atualizados](#)—, apesar do endurecimento da legislação em anos recentes.

E o cenário pode ser ainda pior, já que não há padronização na coleta, análise e divulgação das informações por parte de alguns estados.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Fiocruz aponta crescimento de mortes de gestantes e puérperas por Covid

Média semanal de mortalidade materna passou de 12,1 óbitos, em 2020, para 47,9 em 2021. Boletim também constatou tendência de crescimento de Síndrome Respiratória Aguda Grave em 12 estados e no DF.

(G1 | 04/06/2021 | Por Redação | [Acesse a matéria completa no site de origem](#))

O novo boletim do Observatório da Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz ([Fiocruz](#)), divulgado nesta sexta-feira (4), alerta para o crescimento de

mortes de gestantes e puérperas por causa da Covid-19.

O documento cita o Observatório Obstétrico Brasileiro Covid-19 para afirmar que os óbitos maternos em 2021 já superaram o total de 2020.

Ao longo de todo o ano passado, foram registrados 544 óbitos em gestantes e puérperas por Covid-19. Com isso, a média semanal foi de 12,1 mortes.

Já em 2021, até o dia 21 de maio, o número de óbitos foi de 911. Uma média semanal de 47,9 mortes.

“Esse quadro aumenta a preocupação em relação à disponibilidade de leitos de UTI adulto para essas mulheres e de leitos de UTI neonatal para os recém-nascidos, que podem ser inclusive prematuros. Os pesquisadores alertam que ambos precisam de cuidados especializados e imediatos”, afirma o boletim.

“Os especialistas alertam ainda que as gestantes podem evoluir para formas graves da Covid-19, com descompensação respiratória. Em especial, aquelas que estão em torno de 32 ou 33 semanas de gestação. Em muitos casos, há necessidade de antecipar o parto. “

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Dez dados sobre violações de direitos vividas por meninas

[**\(Estadão| 04/06/2021 | Por Bruna Ribeiro| Acesse a matéria no site de origem\)**](#)

Diariamente, crianças e adolescentes têm direitos violados no Brasil, mas muitas violências têm gênero e afetam muito mais as meninas. Confira onze dados importantes sobre o assunto, coletados pela Plan International Brasil:

1. O Brasil é o quarto colocado no ranking mundial absoluto e o terceiro país da América Latina com maior índice de casamentos de meninas com menos de 18 anos: 36% das uniões são desse tipo. Em números absolutos, o Brasil fica atrás da Índia, Bangladesh e Nigéria. Pesquisa do Instituto Promundo de 2016 mostrou que 887 mil mulheres entre 20 e 24 anos afirmaram ter casado antes dos 18 anos. Outras 287 mil meninas se casaram com menos de 15 anos no país. Em março de 2019, o país sancionou uma lei que proíbe o casamento de menores de 16 anos. O estudo Tirando o Véu, lançado no ano passado pela Plan International Brasil, aponta causas e consequências do casamento infantil. Entre as consequências negativas estão o abandono escolar, a gestação precoce, a falta de formação profissional e a redução nas perspectivas sociais e econômicas geradas pela sobrecarga com o trabalho doméstico.

2. Cerca de 650 milhões de mulheres se casaram antes dos 18 anos. A proporção de mulheres que se casam antes dos 18 anos caiu 15% na última década, segundo o Unicef. Apesar disso, muitas meninas continuam vulneráveis à prática do casamento infantil, principalmente as que vivem em comunidades mais pobres e em zonas rurais.

3. 15 milhões de meninas de 15 a 19 anos já foram estupradas ou violentadas sexualmente alguma vez na vida. Quando se trata da violência sofrida por adolescentes, meninos e meninas enfrentam realidades bem diferentes. Ainda segundo o Unicef, enquanto as meninas são mais vulneráveis à violência sexual, a taxa de homicídio entre meninos de 10 a 19 anos é quatro vezes mais alta do que a de meninas da mesma idade.

4. Segundo a Organização Mundial da Saúde, todo ano, 16 milhões de meninas de 15 a 19 anos dão à luz em regiões em desenvolvimento. Complicações relacionadas à gravidez e ao parto estão entre as principais causas de morte para meninas de 15 a 19 anos no mundo e, em 90% dos casos, a gravidez está relacionada a casamentos precoces. Em 2015 foram mais 545 mil bebês que nasceram de meninas entre 10 e 19 anos de idade. Desse total, mais de 26 mil bebês nasceram de meninas entre 10 e 14 anos, segundo o Ministério da Saúde.

5. Dois terços dos países já atingiram paridade de gênero quanto ao

acesso à educação primária, de acordo com o Unicef. O Brasil atingiu essa paridade nas matrículas para a educação básica, mas na prática os desafios ainda são grandes. Entre os jovens classificados como “nem-nem”, que não estudam nem trabalham, o número de mulheres é praticamente o dobro dos homens. “Os papéis tradicionais de gênero colocam as meninas para desempenhar com exclusividade os trabalhos domésticos, o que leva a uma frequência irregular ou à evasão escolar. Entre os ‘nem-nem’, temos uma porcentagem grande de mães adolescentes ou jovens casadas”, diz Viviana Santiago, gerente de gênero e incidência política da Plan International Brasil.

[Acesse a matéria no site de origem](#)

Casos de violência doméstica estão subnotificados na pandemia

O levantamento é de pesquisadoras da Universidade Federal do ABC

[\(Agência Brasil | 04/06/2021 | Por Camila Maciel | Acesse a matéria no site de origem\)](#)

O aumento do feminicídio e das concessões das medidas protetivas são fortes indicadores de subnotificação dos casos de violência contra as mulheres, além do próprio fenômeno da violência doméstica. Pesquisadoras da Universidade Federal do ABC (UFABC) e integrantes da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) explicam que esses dados mostram a importância dos serviços de proteção à mulher, que foram descontinuados com a pandemia e poderiam interromper o ciclo da violência.

“Se a mulher não consegue relatar e obter respostas no primeiro ciclo da

violência, nos primeiros níveis desse ciclo, a gente sabe que os quadros obviamente se agravam para feminicídio, que é o ponto final desse círculo”, disse a professora Alessandra Teixeira. De acordo com as pesquisadoras, em artigo divulgado pela Agência Bori, houve aumento de 1,9% dos feminicídios e de medidas protetivas em muitas delegacias e a diminuição de 9,9% de registros policiais de casos de violência contra a mulher, em relação a 2019.

Em São Paulo, de janeiro a abril de 2019, foram registrados 55 casos de feminicídio no estado. No mesmo período de 2020, foram 71 registros. Em 2021, foram 53 assassinatos de mulheres em razão do gênero, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Em relação às medidas protetivas, foram mais quase 47 mil em 2019 e mais de 52 mil registros em 2020. Nos primeiros quatro meses de 2021, o total já ultrapassa 21 mil, a tendência, portanto, é de crescimento para este ano.

O aumento do desemprego com a crise econômica, o maior peso para as mulheres na divisão sexual do trabalho, o fechamento das escolas e o acesso a outras vivências são algumas das questões que impactam a dinâmica de vida das mulheres na pandemia e acabam por afastá-las das redes de proteção. “Já era deficitário e a pandemia provoca uma crise, um déficit ainda maior, aliado ao problema econômico. Com isso a gente vai ter, sem dúvida, um exacerbamento desse quadro [de violência]”, aponta Alessandra.

Desarticulação da rede de proteção

Carolina Gabas, também professora da UFABC, ressalta que a medida protetiva é fundamental, mas não garante que se está dando às mulheres a assistência integral necessária. “A medida [protetiva] não é a única oferta que tem que está ali. A mulher tem que ter os cuidados de saúde para a sua integridade física, às vezes precisa ver a situação das crianças, às vezes precisa do acolhimento sigiloso, às vezes precisa monitorar, por exemplo, uma medida que retire do agressor algum tipo de arma que ele porte”, exemplifica.

Ela destaca a necessidade de que as instituições atuem em rede para promover esse atendimento. “A gente diz que é o trabalho em rede, que

envolve o sistema de Justiça, vários setores, uma política intersetorial também, no Poder Executivo e é muito importante que isso esteja articulado com os movimentos sociais”, propõe. A pesquisadora destaca que as ações nos territórios devem contar com o apoio do movimento de mulheres e outras organizações que conseguem alcançar essas questões de forma mais efetiva.

Carolina destaca ainda a necessidade de investimentos e a especialização do atendimento. Ela explica que não se trata necessariamente de um equipamento específico, mas de capacitações para que estruturas como os centros de referência em assistência social e mesmo delegacias possam atender essas mulheres sem que se criem novas vitimizações.

“É o investimento para as redes de serviços que já existem e estar muito atenta a esse aumento da violência, especialmente no contexto de pandemia. E, obviamente, o tipo de financiamento também. O financiamento não é só de campanhas, é um financiamento de atendimento, de você prestar esse serviço a essas mulheres”, defende.

[Acesse a matéria no site de origem](#)

Câmara aprova criação do programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica

Proposta também tipifica o crime de violência psicológica contra a mulher

[\(Agência Câmara de Notícias | 03/06/2021 | Por Eduardo Piovesan e Carol Siqueira | Acesse a matéria no site de origem\)](#)

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (2) o Projeto de Lei

741/21, que cria o programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica. O objetivo é incentivar as mulheres a denunciarem situações de violência e a obterem ajuda em órgãos públicos e entidades privadas. A proposta será enviada ao Senado.

O texto aprovado é um substitutivo da deputada [Perpétua Almeida \(PCdoB-AC\)](#) para o projeto, de autoria das deputadas [Margarete Coelho \(PP-PI\)](#), [Soraya Santos \(PL-RJ\)](#), [Greyce Elias \(Avante-MG\)](#) e [Carla Dickson \(Pros-RN\)](#).

Segundo o texto, caberá ao Poder Executivo - em conjunto com o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos de segurança pública - firmar cooperação com as entidades privadas para implementar o programa.

Se a mulher for até uma repartição pública ou entidade privada participante e mostrar um "X" escrito na palma da mão, preferencialmente em vermelho, os funcionários deverão adotar procedimentos, segundo treinamento, para encaminhar a vítima ao atendimento especializado da localidade. Campanhas também deverão ser realizadas para divulgar a ação.

Para a deputada Soraya Santos, "quando os poderes estão unidos para combater o mal, o resultado é esse projeto, que procura diminuir a violência doméstica e essa absurda estatística". Ela lembrou que o Brasil está em quinto lugar nesse tipo de agressão no mundo.

"O sinal vermelho é um pedido de socorro para todas as mulheres que poderão ser atendidas dessa forma", ressaltou a relatora, deputada Perpétua Almeida, lembrando que a iniciativa partiu da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A votação do projeto foi acompanhada pela presidente da AMB, Renata Gil.

Violência psicológica

O projeto inclui, no Código Penal, o tipo penal de violência psicológica contra a mulher, caracterizado como causar dano emocional à mulher "que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões".

Isso se daria por meio de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de

ir e vir ou qualquer outro método que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Para esse caso, a pena será de reclusão de 6 meses a 2 anos e multa se a conduta não constituir crime mais grave.

“Esse tipo de violência humilha, tira a mulher de seu ambiente de trabalho e causa o maior número de doenças crônicas entre elas”, afirmou a deputada Margarete Coelho.

Medida protetiva

Na Lei Maria da Penha ([Lei 11.340/06](#)), o texto inclui a existência de risco à integridade psicológica da mulher como um dos motivos para o juiz, o delegado, ou mesmo o policial quando não houver delegado, afastarem imediatamente o agressor do local de convivência com a ofendida.

Essa atitude está prevista atualmente apenas para a situação de risco à integridade física da vítima de violência doméstica e familiar.

Lesão corporal

Quanto ao crime de lesão corporal, o texto aprovado fixa uma pena específica (1 a 4 anos de reclusão) se praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

Debate em Plenário

Segundo a coordenadora da bancada feminina da Câmara, deputada [Celina Leão \(PP-DF\)](#), o texto foi ajustado com o Judiciário. “A gente vê este texto como uma súplica do Poder Judiciário contra a violência”, disse.

A deputada Lídice da Mata destacou que é necessário ampliar ainda mais a presença feminina na Câmara dos Deputados para dar mais visibilidade para a luta das mulheres. “Se não tivéssemos mulheres na Câmara, não teríamos a Lei Maria da Penha”, ressaltou.

Já a deputada [Professora Dorinha Seabra Rezende \(DEM-TO\)](#) lembrou que os números de violência contra a mulher continuam em patamares muito altos. “É importante lidar também com esse tema na questão da educação e da cultura, é preciso que toda a sociedade se indigne com a violência e que haja

política pública para formar uma rede em defesa da mulher”, disse.

Para a deputada [Erika Kokay \(PT-DF\)](#), combater a violência que atinge as mulheres é construir uma sociedade mais justa e mais igualitária. “Por isso, estamos aqui discutindo esta campanha, a obrigatoriedade de fazermos uma grande rede para que as mulheres possam denunciar e para que o Estado e a sociedade possam dizer que não é mais permitido convivermos com esse nível de violência”, afirmou.

- [Saiba como funcionam as sessões virtuais do Plenário](#)

[Acesse a matéria no site de origem](#)

Aborto remoto, preconceito de perto

Como funciona um inédito serviço de aborto legal por telemedicina que virou alvo de conservadores

[\(Piauí | 03/06/2021 | Por Fernanda Da Escóssia e Luigi Mazza | Acesse a matéria no site de origem\)](#)

Foi numa tarde de novembro do ano passado que a menina chegou com a mãe ao Hospital de Clínicas de Uberlândia. Foram direto ao Nuavidas (Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual). A mãe contou a história da garota à ginecologista Helena Paro: a filha fora a uma festa sem a mãe saber, um rapaz lhe ofereceu uma bebida... no meio da noite, a garota foi encontrada desmaiada por uma amiga num quarto, sozinha. Semanas depois, contou para a mãe sobre o atraso da menstruação. Estava grávida. Tinha 13 anos. E, com o apoio da mãe, queria interromper a gravidez.

A partir daquela primeira consulta, a garota tornou-se uma das dezessete pacientes atendidas pela equipe de Paro para fazer o aborto legal por

telemedicina - procedimento que, no Brasil, só é realizado no Nuavidas. A legislação brasileira autoriza o aborto em caso de estupro, de anencefalia fetal (fetos que não desenvolvem o cérebro) e risco de vida à mulher. O Nuavidas, criado em 2017, firmou-se como um dos [centros de referência para o aborto legal no país](#). Funciona no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. Recebeu, em 2020, 138 mulheres e 244 meninas de até 12 anos vítimas de violência sexual - sim, mais meninas que adolescentes e adultas. O padrão etário vem se repetindo este ano: 48 adultas e 105 meninas, pelos dados até 12 de março. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que [quase 60% das vítimas de violência sexual no Brasil tinham no máximo 13 anos](#) - em 2019, 38 mil crianças foram alvo desse tipo de crime.

Em 2020, com os leitos do hospital ocupados pela Covid, o Nuavidas se viu ameaçado de não conseguir receber as pacientes. A equipe então se lembrou de que, justamente por causa da pandemia, o uso da telemedicina foi expressamente autorizado pela Lei nº 13.989/2020, em caráter emergencial, e pela portaria nº 467/2020 do Ministério da Saúde. Com a lei debaixo de um braço e a portaria debaixo do outro, Paro começou a batalha para implantar o atendimento híbrido, parte presencial, parte por teleconferência. Em agosto de 2020, com a concordância da direção do hospital universitário, da Comissão de Ética da instituição e do Ministério Público Federal em Uberlândia, o protocolo do aborto assistido por telemedicina - relatado na medicina desde 2006, mas até então inédito no Brasil - saiu do papel. É aplicado para interromper gestações de até 63 dias (nove semanas) e apenas quando for possível fazer o aborto legal induzido por medicamentos, sem procedimento cirúrgico.

[Acesse a matéria no site de origem](#)